

5/2012 --

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
MÉRTOLA, REALIZADA EM 31 DE
OUTUBRO DE 2012 -----**

----- Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra “P”, em número de 22, teve lugar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Mértola, e oportunamente convocada pela circular nº 25 edital nº 05/2012 ambos de 25 de outubro de 2012.-----

	PF
Mário Avelino da Silva Martins	P
Miguel da Conceição Bento	P
João Miguel Palma Serrão Martins	P
Maria Odete de Jesus Palma	P
Cláudia Isabel Nascimento Celestino	F
Maria Odete Guerreiro Teixeira	P
Manuel Joaquim de Jesus Pereira	P
Maria José da Assunção Lourenço Henrique	P
José Francisco Neto	P
Manuel Sequeira Gonçalves	P
José Eugénio Martins Pereira da Costa	F
Maria Otilia Colaço Alves Raposo	P
Mariana Ricardina Costa	P
Maria Virgínia Martins Valente	P
Mário José Eugénio	P
Maria Madalena Lança Marques – Pres. da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva	P
João Xavier da Costa Venâncio – Pres. da Junta de Freguesia de Corte do Pinto	P
Cláudia Isabel da Luz Arsénio – Pres. da Junta de Freguesia de Espírito Santo	a)
Maria Fernanda Romba Adanjo da Silva Martins – Pres. Junta de Freguesia de Mértola	b)
Luís Miguel Cavaco dos Reis – Pres. da Junta de Freguesia de Santana de Cambas	P
José Francisco Gomes Candeias – Pres. Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros	c)
Joaquim António Nobre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro	P
José Manuel Silvestre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis	P
Jorge Manuel Teixeira Domingos – Pres. Junta de Freguesia de S. Sebastião dos Carros	P

(a) (b) e (c) - Nos termos da alínea c) do artº 38º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Snrs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Espírito Santo, Mértola e S. João dos Caldeireiros, fizeram-se representar pelos seguintes membros das respetivas Juntas de Freguesia: -----

a)- Presidente da Junta de Freguesia de Espírito Santo, pelo Tesoureiro da Junta, Snr. José Manuel Pereira Rodrigues Costa; -----

b)- Presidente da Junta de Freguesia de Mértola, pelo Secretário da Junta, Snr. Mário José Tomé Santos; -----

c)- Presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros, pelo Tesoureiro da Junta, Snr. Osvaldo Cipriano Mestre Rodrigues.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA:-----

Presidente – Mário Avelino da Silva Martins; -----

Primeiro Secretário – Manuel Joaquim de Jesus Pereira; -----

Segundo Secretário – Maria Otilia Colaço Alves Raposo.-----

ABERTURA DA SESSÃO:- Encontrando-se presente a maioria dos membros da Assembleia, pelo respectivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 17,45 horas.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS À PRESENTE SESSÃO:-----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que a Snr.^a Cláudia Celestino o informou de que não poderia estar presente nesta sessão em virtude de ter tido de se deslocar a Lisboa a uma consulta.-----

----- O membro Snr. José Eugénio por e-mail datado de hoje informou que não poderia estar presente e solicitou a justificação da sua falta à presente sessão.-----

----- A Mesa da Assembleia, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 5 do art.º 46º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, por unanimidade, deliberou justificar as faltas.-----

1.- ORDEM DE TRABALHOS: -----
VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FUNCIONÁRIO MUNICIPAL:-----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que, embora se trate de uma sessão extraordinária em que só podem ser aprovados os assuntos previamente agendados, não poderia deixar passar a ocasião para propor a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do funcionário Municipal Snr. António Oliveira Parreira, cujo funeral se realizou hoje.-----

----- A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar o Voto de Pesar proposto.

PONTO ÚNICO – ENCERRAMENTO DO TRIBUNAL DE MÉRTOLA: -----

----- O Snr. Presidente da Mesa, tomando a palavra, começou por fazer o historial de todo o processo, cuja proposta do Governo para encerramento do Tribunal de Mértola, levou ao agendamento desta reunião extraordinária.-----

----- Que já em 2007 se falou no encerramento do Tribunal, tendo até a Assembleia em junho desse mesmo ano, aprovado por unanimidade uma Moção contra essa proposta de reestruturação do mapa judiciário que implicaria o encerramento do Tribunal e consequentemente uma perda para as populações, mas na altura o Governo não levou por diante a reforma.-----

----- Que no verão deste ano esta situação aparece novamente com a proposta de encerramento do Tribunal de Mértola e a intenção em manter o de Almodôvar, o que, em sua opinião, não tem qualquer sentido, considerando que as instalações do Tribunal de Mértola são condignas, a obra é recente e tem todas as condições para o seu funcionamento, tendo inclusivé celas, para o julgamento de pessoas que se encontram presas, espaços próprios para os magistrados, para as testemunhas, funcionários e até garagem.-----

----- Que depois desta notícia foram tomadas posições, tanto pela Câmara como pela Assembleia, foram contactados os deputados eleitos pelo Distrito, nomeadamente o deputado Luís Pita Ameixa, que embora não o tendo feito por escrito, apresentou o caso à Snr.^a Ministra da Justiça.-----

----- De seguida, o Snr. Presidente da Mesa passou a palavra ao Snr. Presidente da Câmara no sentido de informar a Assembleia sobre o que tem sido feito pela Câmara para combater esta situação.-----

----- O Snr. Presidente da Câmara referiu que este processo já vem de 2007, tal como foi dito pelo Presidente da Assembleia, onde já havia a intenção de encerrar o Tribunal, intenção essa contrariada pelos Órgãos Municipais e com a intervenção da Associação nacional de Municípios Portugueses, tendo na altura sido enviados vários documentos aos deputados da Assembleia da República e a outras entidades ligadas à área da justiça.-----

----- Que em finais de 2008/2009 a proposta de encerramento foi travada e durante algum tempo não foi mais falado no assunto, até que, em finais de 2011 se voltou a falar do novo mapa judiciário.-----

----- Prossequindo, o Snr. Presidente da Câmara disse que a primeira proposta que a Câmara teve conhecimento, de fonte não oficial, foi que o Tribunal de Mértola era para manter passando para ele os processos de Almodôvar, mas que posteriormente, foi feito um novo estudo e a proposta que está em cima de mesa visa encerrar o Tribunal de Mértola e manter o de Almodôvar.-----

----- Que a Câmara preparou um dossier, com dados que solicitou ao Tribunal de Mértola dados os quais eram diferentes daqueles em que o Governo se baseou para elaborar o estudo e foi apresentada a contestação, tendo sido apontadas também as dificuldades concretas das populações tanto a nível de envelhecimento com ao nível das deslocações dada a área do Concelho de Mértola, além das instalações onde funciona o Tribunal, já que se trata da perda de um direito constitucional, o direito à justiça.-----



MUNICÍPIO DE MÉRTOLA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referiu ainda o Snr. Presidente da Câmara que o estudo do Governo aponta para uma lógica de multisserviços em áreas de baixa densidade populacional.-----

----- Que todas estas iniciativas tiveram lugar em abril ou maio do corrente ano, e que em 27 de junho foi recebida uma comunicação de que se iria dar início a um novo período de discussão pública, tendo sido novamente solicitada uma reunião com a Snr.^a Ministra, o que não veio a acontecer, mas em agosto foi recebido pelo seu Chefe de Gabinete que lhe comunicou que não podia adiantar nada sobre o assunto.-----

----- Prossequindo disse que a Câmara fez parte de várias contestações a nível nacional, tendo inclusivamente estado presente em Lisboa numa ação de protesto organizada pela Associação de Municípios.-----

----- Que apesar de tudo isto a Snr.^a Ministra mantém a intenção de encerrar o Tribunal de Mértola, e a Câmara enviou um novo ofício à Snr.^a Ministra, com conhecimento ao Snr. Primeiro-ministro e ao Snr. Presidente da República, conotando esta intenção como partidária, em sua opinião, e não de bom senso como deveria ser feita.-----

----- Que paralelamente a Câmara tem feito novos contactos aos deputados da Assembleia da República, às várias forças políticas, tendo inclusivamente sido enviado um abaixo-assinado que reuniu cerca de 2.500 assinaturas contra esta posição do Governo.-----

----- Disse ainda o Snr. Presidente da Câmara que tudo o que se puder fazer para contrariar esta pretensão deverá ter a aprovação de todas as forças políticas.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa informou que além do abaixo-assinado que percorreu todo o Concelho, existe também uma petição on-line que ainda está a decorrer.-----

----- Tomando a palavra, o Dr. Miguel Bento disse que um dos objetivos pelo qual foi solicitada esta reunião extraordinária foi o de saber pelo Snr. Presidente da Câmara o que foi feito e está a ser feito pela Câmara, o que o Snr. Presidente acabou de fazer.-----

----- Prossequindo disse que a Assembleia Municipal também poderá fazer pressão junto do Governo já que goza da prerrogativa legal de interceder junto deste em tudo o que seja de interesse para o Concelho, e assim sendo deveria ser solicitada pelo Snr. Presidente da Assembleia uma audiência à Snr.^a Ministra da Justiça, com carácter de urgência.-----

----- Propunha ainda que nesta reunião fosse constituída uma Comissão da Assembleia que a representasse nessa reunião com a Snr.^a Ministra e que fosse solicitada uma audiência a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.-----

----- Que essa Comissão desenvolvesse várias ações, podendo passar por ações de sensibilização das populações através de sessões de esclarecimento com a presença de convidados, como por exemplo o Bastonário da Ordem dos Advogados e outras individualidades ligadas à justiça, a comunicação social, etc.-----

----- Que o importante será juntar o maior número de pessoas que se solidarizem com esta causa por forma a ser feita pressão junto do Governo.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que terminando hoje, dia 31 de outubro, o prazo para que os Órgãos Municipais se pronunciem sobre a proposta do Governo, a Assembleia deveria tomar uma posição a ser enviada ainda hoje à Snr.^a Ministra da Justiça.-----

----- A Dr.^a Maria José Henrique disse ter uma proposta elaborada, subscrita pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal, que passou a ler em voz alta e fica anexa à minuta desta ata.

----- Após a leitura do documento, o Snr. Presidente da Mesa leu também em voz alta uma proposta e que também fica anexa à minuta desta ata.-----

----- De seguida colocou os dois documentos à votação tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa solicitou ao secretariado da Assembleia o envio dos documentos aprovados, por e-mail, para a Snr.^a Ministra da Justiça, o que foi feito.-----

----- De seguida e tal como proposto pelo Dr. Miguel Bento, o Plenário aprovou a constituição de uma Comissão da Assembleia, composta por todas as forças políticas com assento na mesma, com os seguintes representantes:-----

- Mário Avelino da Silva Martins – Presidente da Assembleia Municipal -----
- Manuel Joaquim de Jesus Pereira – 1º Secretário da Assembleia -----
- José Francisco Neto – eleito do Partido Socialista-----

- Maria José Assunção Lourenço Henrique – eleita da CDU-----
- Manuel Sequeira Gonçalves – eleito da CDU -----
- José Eugénio Martins Pereira da Costa – eleito do MIM. -----

----- A Assembleia aprovou a constituição da Comissão e a sua composição, tendo sido deliberado que a mesma reúna com a máxima urgência possível para encetarem contactos com a Snr.^a Ministra da Justiça, Bastonário, Grupos Parlamentares e outras entidades do campo judicial, por forma a serem ouvidos em audiência pelas entidades referidas transmitindo-lhes o desacordo e oposição da Assembleia Municipal de Mértola pelo encerramento do Tribunal.

2.- APROVAÇÃO DA ATA: -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou que a ata fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração.-----

----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da ata em minuta que depois de posta a votação foi aprovada por unanimidade. -----

3.- ENCERRAMENTO: -----

----- O Snr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 19,30 horas. -----

----- E eu 1º Secretário da Assembleia, a redigi,
subscrevo e assino.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____